
Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 6: conclusões

ÉLVIO MELIM DE SOUSA¹
EURICO DE SEPÚLVEDA²
JOÃO CARLOS FARIA†³
MARISOL FERREIRA⁴

*À memória do bom amigo João Carlos Faria,
que jamais esqueceremos e que recordamos
com muita saudade*

R E S U M O

Com este artigo pretendem os autores apresentar uma síntese dos trabalhos publicados referentes ao estudo efectuado sobre a intervenção arqueológica levada a cabo no castelo de Alcácer pelo IPPAR e pelos arqueólogos da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, no ano de 1996.

A B S T R A C T

With this paper the authors present a synthesis of the results of eight years investigation published related to the archaeological works that have taken place at the western slope of the Alcácer do Sal Castle in the year of 1996.

O presente trabalho, que se quis simples e muito sintético, apenas tem por objectivo fazer o cômputo das conclusões parcelares que, ao longo de vários anos, foram sendo exaradas nos artigos que deram a conhecer ao público o estudo e os resultados da análise das cerâmicas romanas recolhidas na intervenção arqueológica efectuada em 1996 pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal no lado ocidental do castelo. Esta intervenção decorreu no âmbito da abertura de uma vala para implantação de um muro de suporte de terras, na sequência dos trabalhos arqueológicos de emergência efectuados pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e pela Edilidade de Alcácer no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, aquando da sua transformação em pousada (D. Afonso II).

Os trabalhos de escavação foram realizados sob a direcção do nosso amigo e companheiro João Carlos Faria, que constituiu uma equipa de investigadores para, em conjunto, e obedecendo a um plano de estudo e de edição criteriosos, dar a conhecer publicamente os materiais romanos descobertos na zona do castelo de Alcácer. Esse plano obedecia a um formato bem pensado e estruturado em seis etapas/componentes, que se desenrolariam, em princípio, também por seis anos, à média, portanto, de um artigo por ano. Denominou-se sempre *Cerâmicas romanas do lado ocidental*

do castelo de Alcácer do Sal, seguido da numeração de 1 a 6, correspondendo-lhes, respectivamente, os seguintes subtítulos/temas/grupos cerâmicos: 1 - *terra sigillata*; 2 - “cerâmicas de verniz negro” e cinzentas; 3 - *paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas*; 4 - *ânforas de importação e de produção lusitana*; 5 - *almofarizes de produção bética, pesos e cossoiros*; e 6 - *conclusões*.

Deste estudo, e desde logo, se optou por deixar de parte, para posteriores análises, não só tudo o que não fosse cerâmica, mas também, dentro deste tipo de materiais, a colecção de cerâmica comum, que seria alvo de um outro estudo, por já a haver João Carlos Faria reservado para outro projecto de investigação.

A derrapagem temporal foi mínima, pois o primeiro artigo da série saiu em 2000 e o sexto, que é este, leva data de 2008, o que não é nada, tendo em conta o que em muitos casos sucede, com disparidades bem maiores.

A equipa de arqueólogos teve por base três elementos — João Carlos Faria, Eurico de Sepúlveda e Marisol Ferreira — a que se juntaram pontualmente outros investigadores, consoante os temas/tipos cerâmicos abordados: Élvio Melim de Sousa — nas “cerâmicas de verniz negro” e cinzentas, nas *paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas* e nas *conclusões*, correspondendo-lhes os n.ºs 2, 3 e 6 da série; João Pimenta, nas *ânforas de importação e de produção lusitana*, correspondendo-lhe o n.º 4 da série; e Patrícia A. Santos, nos *almofarizes de produção bética, pesos e cossoiros*, cabendo-lhe o n.º 5 da série.

Em todos os cinco artigos, deu-se ênfase aos aspectos cronológicos de todas as peças (atendendo às suas características e tempos de circulação/comercialização), de forma a, contributo a contributo, ou melhor, artigo a artigo, se irem definindo com algum rigor as balizas diacrónicas gerais para a romanidade de Alcácer do Sal, o que, de resto, vem incluído também no final destas conclusões.

A nível da publicação, os textos foram insertos em mais do que uma revista da especialidade, sendo que, na série, os artigos n.ºs 1, 3, 4 e 5 saíram a público na *Revista Portuguesa de Arqueologia* — 1. vol. 3, n.º 2, 2000; 3. vol. 6, n.º 2, 2003; 4. vol. 9, n.º 2, 2006; e 5. vol. 10, n.º 2, 2007 — o número 2 num número d’*O Arqueólogo Português* — 2. vol. 19, Série IV, 2001 —, e este número 6, de novo na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6. Vol. 11, n.º 1, 2008.

E aqui, cumpre-nos recordar a figura, o colega, o investigador e o amigo que foi João Carlos Faria. Alcácer do Sal ficou mais pobre com o seu prematuro desaparecimento, ainda mais porque era um homem jovem, de apenas 46 anos, e no vigor da idade. Haverá, no entanto — e para que a sua acção, enquanto agente cultural de mérito, não pereça — que recordar gratamente a sua memória, não o deixando, pois, esquecer nunca e falando da sua obra, do seu carácter e de si próprio aos outros, para que o João Carlos permaneça sempre entre nós.

1. Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 1: *terra sigillata*

Este foi o primeiro grupo cerâmico a ser tratado e estudado cientificamente, porque se entendeu que as conclusões e as cronologias aferidas para o conjunto dos 60 fragmentos de *terra sigillata* recolhidos na intervenção em causa em muito iriam servir como elemento de comparação e de enquadramento aos restantes grupos cerâmicos detentores da mesma proveniência, cujas peças teriam, certamente, cronologias diversas, quer anteriores, quer posteriores ao intervalo apurado.

Verificou-se que estavam presentes vários tipos de fabricos originários da Itália, do Sul da Gália e da Hispânia⁵, tendo sido observada a ausência total de fabricos oriundos do Norte de

África — panorama comum a outras colecções exumadas em *Salacia* — sendo que a percentagem maior, e esmagadora, é registada pelos fabricos itálicos e, a menor, pelos fabricos hispânicos da Bética. Tal facto poderá deixar entrever, neste último caso (*sigillata* hispânica), um declínio das trocas comerciais entre estas regiões de laboração e o interior ibérico, em benefício de pontos situados ao longo da orla litoral atlântica.

Na *sigillata* de tipo itálico, as taças e os pratos dominam praticamente todo o conjunto formal. Tipologicamente, as formas Haltern 8 e Consp. 12 (Haltern 1) destacam-se com grande vantagem, revelando uma opção nítida pelos serviços Ib e Ic de Haltern, integrando-se ainda ambas as formas (taça e prato), cronologicamente, nos horizontes de Dangstetten-Oberaden e Haltern.

A nível das pastas, apurou-se que o conjunto de *sigillata* de tipo itálico apresentava quatro gamas, todas com incidência nos tons de amarelo e rosa, que definem os produtos da região de Arezzo, enquanto os fabricos de origem galo-romana e hispânica apenas se dividiam por duas gamas.

Quanto aos vernizes (*glanztonfilm*), detectaram-se, nos fabricos itálicos, três grupos, sendo o correspondente à cerâmica aretina o mais comum, fornecendo assim a este subconjunto de *sigillata* uma homogeneidade a nível das proveniências das peças, sobretudo em comparação com as produções romanas e de Pozzuoli.

Cerca de 38,3% dos fragmentos de *sigillata* apresentavam marcas de oleiro, correspondendo a 23 marcas não-inéditas e comuns, sendo que 19 delas foram bem determinadas — 14 de oleiros itálicos; 2 de oleiros galo-romanos; e 3 de oleiros hispânicos — e 4 foram impossíveis de serem lidas, quer pela falta de nitidez, quer pela total ausência de letras.

Nas marcas itálicas, dez oleiros pertencem à região de Arezzo e apenas quatro a outras regiões: *FELIX* e *EROS* a Pozzuoli, *P. ATTIUS*, à Itália do Norte, e *L. MAMMIUS* ou *L. M (A)EVI* sem origem definida na Itália.

Nas marcas sudgálicas, entrevêem-se fabricos de oleiros de La Graufesenque e, nas marcas hispânicas, de *Tritium Magallum*.

De todas as análises a que foram submetidos os fragmentos da colecção de *terra sigillata* do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal descobertos em 1996, conclui-se que é aceitável uma cronologia entre a segunda década antes da Era Cristã e 15/20 d.C. para o subconjunto de *terra sigillata* de tipo itálico; uma datação entre o principado de Tibério e o de Domiciano, para o de *terra sigillata* galo-romana; e uma diacronia situada entre a segunda metade do século I d.C. e toda a centúria seguinte, finalmente, para a *terra sigillata* hispânica.

Assim, e dadas as balizas temporais acima explanadas, toda a colecção de *terra sigillata* se acha cronologicamente entre cerca de 20 a.C. e todo o século II d.C.

2. Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 2: “cerâmicas de verniz negro” e cinzentas

Optou-se por inserir neste artigo todas as “cerâmicas de verniz negro” recolhidas, abrangendo-se, assim, neste conjunto, as cerâmicas campanienses propriamente ditas, as cerâmicas cinzentas de imitação, as cerâmicas comuns romanas cinzentas e uma peça negra de tradição da Idade do Ferro, copiando uma forma de campaniense.

Os autores estavam já na posse de algumas conclusões — essencialmente cronológicas — fornecidas pela análise da *terra sigillata* da encosta ocidental do castelo, havendo, agora, que aferir as datações para as épocas mais recuadas, recaindo a escolha, neste segundo tempo, nas “cerâmicas

de verniz negro”, porque as mesmas vêm sendo utilizadas, com frequência, na datação de estratos republicanos de todo o mundo romano. Fáceis de detectar, com presença bem marcada em Alcácer do Sal e perante a existência de boas tabelas formais disponíveis, desde logo se optou por serem estes materiais cerâmicos o alvo do segundo artigo da série que ora se finaliza.

Embora tendo em atenção a obra pioneira de Lamboglia (1952), foi seguido muito de perto o trabalho de Morel (1981) na identificação das peças.

A denominação “cerâmicas de verniz negro”, hoje muito alargada e identificadora de um leque bem sortido de tipos de cerâmicas — sempre com uma produção com formas idênticas e fabricadas com diversas pastas, cujas cores variam, também por vezes, na gama dos cinzentos —, enquadra horizontes económicos e cronológicos (republicanos e tardo-republicanos) distintos.

Com uma circulação essencialmente marítima e fluvial por todo o Mediterrâneo e costa atlântica, também na Hispânia tal facto se verifica, situando-se todos os fabricos e sequentes comercializações no século I a.C., mas sempre com datações anteriores aos decénios de 40/30 a.C., altura a partir da qual se julga que as “cerâmicas de verniz negro” terão entrado em declínio, em favor de peças novas — na pasta, na coloração vermelha do verniz, no repertório formal e na gramática decorativa —, que inundam todos os mercados, impondo-se massivamente até à substituição integral das “cerâmicas de verniz negro”.

Esta concorrência ‘feroz’ da *terra sigillata* de tipo itálico implicou o encerramento e a extinção de centros produtores (Nápoles, Siracusa), que não puderam adaptar-se à nova moda, ou, então, à modificação “fabril” de outros centros, como as olarias tradicionais de Arezzo, de Pisa, de Puzzuoli e do Vale do Pó, que incluíram ainda no seu repertório o fabrico de formas tradicionais da campaniense em *sigillata* de tipo itálico, a fim de, também por aí, assegurarem o abastecimento dos mercados tradicionais.

Em *Salacia*, e em estratos de cronologia idêntica, estas cerâmicas negras são vulgares, deixando entrever uma forte ocupação, com períodos de grande expansão económica e esplendor da cidade, verdadeiro entreposto comercial aberto ao Mediterrâneo, cujas exportações de sal, de minério e de lãs ficaram na tradição, a par da fortíssima produção de contentores cerâmicos (ânforas), a que se juntava uma invejável e privilegiadíssima localização geográfica e estratégica, quer marítima, quer fluvial, quer terrestre.

Aliás, autores há que consideram *Salacia* como o mais importante centro portuário — tanto a nível industrial como comercial — da *Lusitania* até ao século I a.C., indo, pois, esta verificação ao encontro das cronologias aferidas precisamente para as “cerâmicas de verniz negro” e cinzentas em estudo.

Alcácer do Sal apenas decai a partir do segundo quartel/meados do século I d.C., não só devido à concorrência directa de outros centros “fabris” situados nas proximidades (*Caetobriga* e Tróia principalmente), como, sobretudo, pelo desenvolvimento económico e urbanístico assinalável de *Olisipo*, que se regista sob o principado de Augusto.

Tróia, a certa altura, torna-se num local por excelência de exportação de derivados de peixe, ultrapassando todos os centros produtores, pese embora o facto de ter sido *Olisipo* a deter o monopólio comercial entre a *Lusitania* e o resto do Império. Em *Salacia* este facto está bem atestado, pelo exposto nos parágrafos anteriores e pela redução drástica da exportação, que passava por esta cidade, dos minérios provenientes das minas alentejanas, possivelmente como consequência do esgotamento dos filões.

Foram as campanienses e demais cerâmicas cinzentas que, juntamente com diversos outros materiais, forneceram a única estratigrafia válida conhecida para o castelo de Alcácer do Sal, publicada por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva (1980-1981). Aquelas cerâmicas correspondem,

ali, ao nível da V fase de ocupação do castelo (Camada 6), sendo-lhe atribuída uma cronologia dos séculos II-I a.C.

Este facto confere ao conjunto em estudo uma importância acrescida, na medida em que, cada vez mais, e como se aventou atrás, se recorre a estas cerâmicas para as datações de estratos e de ocupações de sítios arqueológicos em épocas recuadas da romanidade.

Refira-se, no entanto, a existência nas reservas do Museu Municipal de Alcácer de outros conjuntos de campaniense e de cerâmicas cinzentas resultantes de outras intervenções arqueológicas na área de *Salacia*, cujo estudo corroborará, estamos certos, as conclusões do artigo em apreço e que comprovam a grande importância económica da cidade entre o último quartel do século I a.C. e meados do século seguinte.

Analisaram-se 48 fragmentos, entre campaniense A (1 frag.), campaniense B e B-oides (9 frags.), cerâmicas de imitação de campaniense e finas cinzentas (32 frags.), cerâmica comum romana de imitação de campaniense (5 frags.) e, por último, uma peça com forma de campaniense, de tradição da Idade do Ferro (1 frag.). Concluiu-se que o abastecimento cerâmico na época romana não conheceu qualquer revés ou hiato entre os fornecimentos de campaniense e de *terra sigillata*, visto que se detectaram formas de transição entre os dois fabricos, com cronologias dos finais do século I a.C.

Apesar de *Salacia* ser um dos arqueossítios portugueses com elevada densidade de achados de cerâmicas campanienses, ainda assim não será correcto, de momento, fazer comparações entre as suas percentagens gerais — produções e formas — com as obtidas noutros locais com registo de ocorrências igualmente elevadas daquelas cerâmicas, porquanto a maior parte das peças alcacerenses se encontram ainda por estudar.

Para que a amostragem de campaniense exumada em 1996 pudesse enquadrar-se na de *Salacia*, fornecendo assim pistas mais seguras, quer para a frequência de formas, quer para os tipos de fabricos, quer para diacronias gerais, optou-se por ‘analisar’ também todos os conjuntos já publicados (Soares, 1978; Silva & al., 1980-1981), juntamente com o proveniente do lado ocidental do castelo. Deste modo, verificou-se que a forma Lamboglia 1 é a mais representada, seguida da Lamboglia 5 e da Lamboglia 5/7, correspondendo-lhes, essencialmente, fabricos de campanienses B e B-oides. Conclui-se, outrossim, que o espectro formal daquelas cerâmicas não é muito variado dentro das três colecções, predominando as taças e, depois, os pratos, se bem que, dentro dos fabricos genuínos de campaniense, esta sequência de predominâncias se inverta.

A cronologia aferida para todo o conjunto situa-se entre o século II a.C. e a segunda metade do I d.C., atribuindo-se, como se referiu, à importância de *Salacia*, como porto de trocas comerciais, a base de sustentação do seu desenvolvimento registado no primeiro século da nossa Era.

3. Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas

No terceiro artigo elaborado sobre as cerâmicas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, foram analisados vários tipos de produções romanas, cujo estudo forneceu dados interessantes para a aferição das cronologias apontadas para as trocas comerciais cerâmicas estabelecidas entre *Salacia* — sita junto ao Sado e à via *Olisipo-Augusta Emerita*, com ramal para *Ebora/Pax Iulia* — e os diversos centros produtores que a abasteciam por mar e por via fluvial.

Os seis fragmentos de cerâmica de paredes finas apresentaram-se como característicos do fabrico daquelas cerâmicas, com cronologias que abarcavam um intervalo temporal situado entre

o século I a.C. e o período dos Flávios. O destaque para este subconjunto vai para a peça com o n.º 6, que corresponde à forma Mayet XXI/Marabini XXXI — de difusão muito restrita —, e que faz, em Alcácer, a sua primeira aparição em território nacional.

O conjunto de cerâmica comum de pasta depurada é o mais numeroso e, simultaneamente, o mais difícil de examinar, com diversas origens (locais e externas) e cronologias. Apesar disso, foram encontrados paralelos nas tipologias disponíveis e aferidas as respectivas diacronias dos fragmentos, apontando estas, sem excepção, para níveis dentro do século I d.C.

No que respeita aos três fragmentos de cerâmica de engobe vermelho do tipo pompeiano, adiantou-se estarmos perante produtos importados da Península Itálica (Campânia), remetendo-se toda uma série de pertinentes considerações acerca destes fabricos para o estudo de Aguarod Otal (1991). Todavia, detectou-se a presença de duas formas — Aguarod 4/Luni 2/4 e Aguarod 6/Luni 5, de resto presentes também em *Conimbriga*. Ainda assim, consideraram-se prematuras quaisquer conclusões sobre a circulação destas cerâmicas entre nós, devido ao facto de termos descoberto apenas três fragmentos em Alcácer.

De igual modo, se achou precipitada a elaboração de um mapa de distribuição de engobe do tipo vermelho pompeiano no nosso território, por serem ainda muito poucos os dados disponíveis sobre a existência destas cerâmicas em arqueossítios de ocupação romana no actual território português⁶.

Nas lucernas identificadas, todas de importação, as respectivas diacronias enquadram-se dentro do século I d.C. Um dos discos apresenta uma cena de Vénus no banho, de perfil, de cócoras e de cabeça voltada para a esquerda, com um *uter* na mão direita, segurando, entre os antebraços, um espelho circular ou concha. Esta foi a interpretação efectuada perante o desenho da cena e perante os atributos normalmente associados àquela deusa. O único paralelo que se encontrou para esta peça foi a Vénus de Vindonissa (Schmidt, 1997). Outro dos discos apresenta a figura de um gladiador, numa forma Dressel-Lamboglia 9 ou 11, mas a exiguidade do fragmento não permitiu a obtenção de certezas quanto à sua correcta identificação. A figura está reduzida apenas ao *balteus*, ao *subligaculum* e a parte das duas pernas, protegidas, por sua vez, por *ocreae*. Assim, ficou por saber se se trataria de um *murmillio* ou de um *samnita*. Optámos, no fim, por um trácio, na medida em que estes gladiadores estavam sempre representados por duas caneleiras metálicas. Por último, adiantou-se a hipótese de o disco de Alcácer, dada a posição do orifício de alimentação, pertencer a uma cena compósita (duelo), em que os dois lutadores estarão separados por aquele elemento formal.

Na cerâmica diversa, estudou-se um biberão, um gargalo de unguentário e uma pega/cabo de sertã em cerâmica comum. Todos estes materiais, à luz dos respectivos paralelos detectados, para além de atestarem, nalguns casos, as suas proveniências externas, forneceram dados cronológicos fiáveis, situados todos no intervalo que vai desde o Alto Império até finais do século I d.C./inícios do II.

Todas estas informações revelam e reafirmam a ocupação de época augustana de *Salacia* — para mais corroborada por conjuntos cerâmicos diferentes, como são as cerâmicas de paredes finas, as cerâmicas comuns finas e as cerâmicas de engobe do tipo vermelho pompeiano.

Esta ocupação ter-se-á mantido em alta até finais de Tibério, perdurando, todavia, as relações comerciais com a metrópole (e também com a Gália e com a Hispânia), durante a época júlio-claudiana e, mesmo, para além desta, ou seja, durante os tempos de Vespasiano, Tito e Domiciano, sempre por rotas marítimo-fluviais, até à substituição (?) de *Salacia* por *Caetobriga* e pelo seu arrabalde industrial, onde Tróia, como se sabe, teve papel crucial no declínio da Alcácer romana, por altura dos finais do século I d.C.

4. Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção lusitana

O quarto artigo versou sobre a análise e o estudo do conjunto cerâmico anfórico recolhido no lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, tendo-se registado tanto o aparecimento de fragmentos de ânforas de importação como de ânforas de produção lusitana.

O conjunto perfaz um total de 44 fragmentos classificáveis, correspondendo-lhe cerca de 31 ânforas diferentes, sendo que quatro delas são originárias de olarias da *Baetica* e as restantes, de produções lusitanas, inserindo-se estas últimas nas primeiras produções anfóricas de época romana fabricadas no Extremo Ocidente peninsular, e documentando, assim, portanto, o seu precoce dinamismo económico quanto à manufactura de derivados de peixe.

Os fragmentos béticos pertencem a formas produzidas no vale do Guadalquivir – Dressel 12, Gauloise 5, Haltern 70 e Dressel 20 –, com paralelos, de resto, bem frequentes, quer no actual território português, quer na alcaçova de Alcácer do Sal, correspondendo-lhes um intervalo cronológico entre a segunda metade do século I a.C. e o século III d.C.

Também no conjunto das ânforas de produção lusitana, os respectivos fabricos correspondem às mais antigas produções atestadas para as olarias da Província, remontando à época júlio-claudiana, ou mesmo aos meados da segunda metade do século I a.C.

Quanto aos paralelos, os melhores exemplares achados pertencem, precisamente, ao vale do Sado, a Abul (em contextos augusto-tiberianos), a *Caetobriga* (em contextos tibério-claudianos) e ao Pinheiro (em contextos dos meados do século I d.C.).

Se bem que muitas destas produções, numa primeira fase, estivessem englobadas dentro da forma Dressel 14/variantes, sobretudo por desconhecimento, hoje, face aos novos e constantes achados – tanto em centros de fabrico, como em centros de consumo –, elas atestam o precoce fenómeno da comercialização de preparados piscícolas em ânforas, recuando algumas dezenas de anos o clássico modelo formal/tipológico que caracterizou, por mais de duas centenas de anos, as olarias da Lusitânia.

Estas primeiras formas, algo aparentadas com os protótipos béticos (sobretudo gaditanos), designaram-se, há já algum tempo, por ‘lusitanas’, ainda que, hoje em dia, se prefira a designação de ‘ânforas ovóides’, apresentando as mesmas grande variedade de perfis de bocais, correspondendo aos 22 bocais e aos 3 fundos deste grupo, por informações fornecidas pelas respectivas pastas, características próprias dos fabricos de ânforas do vale do Sado (pasta Sado – montante).

No grupo das Dressel 14 – forma bética deveras abundante nas produções das olarias lusitanas em época imperial – e com centros localizados, entre nós, no vale do Sado, no vale do Tejo e no Algarve, todos os exemplares apontaram para apenas um único centro de fabrico, sendo ainda este conjunto anfórico, nesta amostragem de Alcácer do Sal, o mais bem documentado, com 6 fragmentos de bocais e 8 fundos. Em todo o conjunto não-local, apenas se registaram achados de ânforas oriundas da Bética, o que até é lógico, atendendo à continuidade dos territórios (*Lusitania/Baetica*).

Pelo cruzamento das informações publicadas em anteriores trabalhos que tiveram por base conjuntos anfóricos da alcaçova de Alcácer do Sal (Silva & al., 1980-1981) e do *forum* (Faria, 1998) com as aferidas no artigo em análise, conclui-se que a forma Dressel 14 é, de longe, a mais abundante, logo seguida pelas Ovóides Lusitanas, pela Dressel 20, pela Lusitana 3 e pela Dressel 7/11.

Denota-se, até ao momento, o ‘aparente’ (?) carácter residual das importações de cronologia republicana. Regista-se um aumento do ritmo de importações de produtos alimentares em *Salacia*

nos séculos I-II d.C., tendo, neste período, as ânforas destinadas a conterem preparados de peixe um papel predominante, com domínio claro e esmagador da Dressel 14 de fabrico local, sublinhando, assim, a inegável importância das indústrias de exploração dos recursos marítimo-fluviais do Sado, para além de corroborar as demais conclusões explanadas nos três artigos anteriores desta série.

5. Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 5: almofarizes de produção bética, pesos e cossoiros

Este artigo foi o ‘último’ da série que, do ponto de vista da análise técnica, estudou os materiais retirados na encosta ocidental do castelo de Alcácer do Sal, aquando da construção da barreira de protecção da rua que dá acesso à pousada, e a que os autores se propuseram, não contando, claro está, com o presente trabalho — o sexto —, que foi dedicado às conclusões obtidas em todos os outros, bem como aos pontos de chegada/actualizações sobre o estado da questão do que se conhece sobre a estação intervencionada e sobre o seu enquadramento na Alcácer romana. Analisaram-se aqui um conjunto de 33 fragmentos cerâmicos, sendo que, destes, 23 unidades pertencem a almofarizes, 14 a pesos de tear, 2 a cossoiros e 1 a um peso de rede.

Bem característicos da época romana, os almofarizes são fáceis de identificar — essencialmente pela sua forma — nos espólios fornecidos por arqueossítios com diacronias transversais a toda a romanidade, apesar de as suas grandes dimensões lhes conferirem alguma vulnerabilidade, o que pode, no caso presente, ser comprovado, dado que nenhum deles se apresenta inteiro. Destinavam-se, essencialmente, à moagem de pequenas quantidades de produtos, ou, então, à mistura de ingredientes, sobretudo culinários, mas, também, à medicina (remédios), à cosmética (produtos de beleza) e à indústria (obtenção de molhos e salsas para preparados de peixe e sua conservação).

Os *mortaria* são bem referenciados no célebre livro/tratado de cozinha romana, da autoria de *Marcus Apicius*, que viveu ao tempo de Tibério, e que os coloca na obra como utensílios fundamentais para a execução das suas receitas. Aliás, *Apicius* dá conhecimento ao leitor interessado dos ingredientes que deveriam ser macerados nos almofarizes, sendo que a maior parte deles — tal como sempre sucedeu e ora ainda acontece —, pertence aos grupos das ervas aromáticas e das especiarias, o que levava a que a sua presença fosse obrigatória em qualquer cozinha de uma casa romana.

O segundo subconjunto mais importante é o dos pesos de tear, certamente ligado à importância de *Salacia* como centro produtor de lãs e de tecidos delas derivados, conforme se bebe em diversas fontes clássicas (Estrabão, Plínio), tornando-se, assim, estes materiais, uma prova arqueológica da continuidade daquela actividade, na época romana, tal como o são os cossoiros, utilizados, pelo menos, desde a Idade do Ferro. A estes dois instrumentos, juntavam-se, na tecelagem da lã e do linho, os fusos e as agulhas, adquirindo todos eles formas e tamanhos adequados à sua função e ao tipo de matéria-prima utilizada.

A actividade piscícola é atestada pelos pesos de rede, estando a si associada ainda toda uma série de instrumentos (agulhas, lançadeiras, ‘navettes’, redes e anzóis, para além dos já referidos pesos), panorama, aliás, comum aos arqueossítios localizados junto ao mar e aos rios.

Para o estudo tipológico das peças foram usados, sobretudo, os trabalhos de Jorge Alarcão (1974), de Inês Vaz Pinto (2003, 2006), de Rui Morais (2005) e de José Carlos Quaresma (1995-1997, 2006). Identificou-se a Bética como o local produtor de alguns dos almofarizes de Alcácer, com a

atribuição de peças a, pelo menos, dois centros de fabrico regionais — as olarias gaditanas e as olarias do vale do Guadalquivir —, como, aliás, vem sendo comumente aceite pelos especialistas. Todavia, no conjunto em apreço, apenas se registaram proveniências gaditanas, mas optou-se, ainda assim, por criar dois grupos de pastas distintas (I e II), atendendo às suas características; o segundo grupo não será, provavelmente, mais do que uma variante do primeiro.

De igual modo, nos pesos de tear, foram observados três diferentes tipos de pastas, apesar de serem todos provenientes de olarias das margens do Sado (Pinheiro?), ou seja, bem próximas de *Imperatoria Salacia*, visto ser este o resultado das análises comparativas, com lupa binocular, entre as pastas destes pesos e as pastas já observadas de ânforas sadinas, publicadas por Françoise Mayet, Anne Schmitt e Carlos Tavares da Silva (1996). Este facto só prova, como, de resto, vem sendo aceite, que os fornos de ânforas do Sado fabricaram outros produtos, como a cerâmica de construção, os vasos de mesa, os vasos de cozinha, os vasos de armazenamento, os vasos para a indústria conserveira e os pesos de tear e de rede.

Também se apurou uma proveniência idêntica para os cossoiros e para os pesos, todos de produção sadina ou, muito remotamente, talvez atribuíveis às olarias do Tejo, isto no caso do peso de rede.

Morfologicamente, a maior parte dos almofarizes detectados são de grandes ou médias dimensões e apenas diferem uns dos outros pelo perfil do bordo, pela inclinação das paredes e pelas características do bico vertedouro.

Quanto às diacronias, nas estações comparativas de Alcácer neste estudo — São Cucufate, *Mirobriga*, *Bracara Augusta*, *Scallabis* e *Olisipo* —, estas peças transpõem transversalmente quase todos os estratos ocupacionais da época romana. Para Alcácer do Sal — com almofarizes oriundos dos fabricos do Sul da Bética — temos: um primeiro subconjunto de 5 unidades de bordo tipo *Emporiae*, 3 com bordo oblíquo (cuja fabricação é atribuída às olarias da região de Cádiz) e 2 de bordo redondo; um segundo de 2 unidades de bordo propriamente redondo; um terceiro de 6 unidades de bordo com lábio reentrante; um quarto de 4 unidades de bordo em martelo; um quinto de 4 unidades de bases de almofarizes; e finalmente um sexto subconjunto de 5 unidades de formas indeterminadas.

O primeiro possui uma cronologia que vai dos meados do século I a.C. até aos finais da República, pelo que a sua presença em *Salacia* é pacífica, vindo a recair na época de maior florescimento económico da cidade, se bem que, no caso dos almofarizes de bordo redondo deste grupo, se possa alongar a sua produção/consumo para um período limitado pela dinastia Flávia.

O segundo apresenta uma diacronia que vai, *grosso modo*, dos finais do século I a.C. até ao período dos Flávios, apesar de um dos exemplares prolongar este espaço temporal até aos meados do século II d.C., podendo, inclusivamente, chegar a níveis do Baixo-Império.

O terceiro forneceu uma datação entre o século I d.C. e a centúria seguinte, pese embora alguns paralelos (variantes) apontarem para um intervalo cronológico muito mais recuado, no início do fabrico da forma.

O quarto subconjunto detém uma diacronia que vai desde épocas pré-flavianas até aos meados do século II d.C., podendo prolongar-se, nalguns casos, até níveis plenos do Baixo-Império.

O quinto não forneceu qualquer cronologia credível, mas, por inferiçã, e tendo em conta as cronologias dos anteriormente descritos, estas peças situar-se-ão, certamente, dentro das diacronias gerais adiantadas para aqueles outros.

Também para a análise morfológica dos pesos de tear se recorreu às tipologias/estudos já existentes — de Fatás Cabeza (1967), de *Conimbriga* (Alarcão, 1974), e de *Bracara Augusta* (Morais,

2005), tendo-se registado a ocorrência, não só de diversas formas, como de diversos paralelos no actual território português.

Embora nenhum dos exemplares alcacerenses em análise apresente marcas epigráficas, em dois pesos de tear, todavia, registou-se a presença de grafitos (duas circunferências incisas e concêntricas), podendo elas corresponder, ou a uma questão de ‘especialização’ no seu fabrico, ou, então, a uma questão de registo de proveniência (nome do oleiro), sendo qualquer destas duas práticas consuetudinárias.

Os pesos inteiros, em número de oito, inserem-se no grupo dos ‘pesos médios de Conímbriga’, com cronologias que, para esta cidade, abrangem períodos desde os Flávios até à época de Trajano, ou seja, de cerca de 70 d.C. a 117 d.C., essencialmente.

Em Portugal, conhecem-se alguns centros produtores de cerâmica comum que também fabricaram pesos de tear, quer paralelepípedicos, quer em forma de tronco de pirâmide, como sejam o Morraçal da Ajuda (em Peniche) e a olaria de Abul (no vale do Sado), que atestam esta manufatura por um tempo longo e contínuo dentro da romanidade. Todos estes paralelos detectados para os pesos de *Salacia* apontam para um intervalo entre os inícios do século I d.C. e os meados do seguinte, perdurando mesmo por períodos posteriores, dentro de uma estratégia de rentabilização dos fornos após o crepúsculo da respectiva produção principal.

Para a análise das fusaiolas, procurou-se seguir a escassa bibliografia existente entre nós — de *Conimbriga* (Alarcão, 1974), de Briteiros, do castro de Sabroso e arqueossítios localizados a norte do Douro (Silva & Oliveira, 1999), da Citânia de Sanfins e castros do Noroeste português (Silva, 1986) e da alcáçova de Santarém (Diogo, 1984) verificou-se, em todas estas estações, que a totalidade das fusaiolas se inseria em dois grupos tipológicos atidos ao processo de manufatura — fusaiolas obtidas de forma manual e fusaiolas obtidas por molde.

Cronologicamente, as peças de Alcácer ‘cobrem’, por assim dizer, toda a romanidade, coexistindo uma peça com um paralelo na Idade do Ferro, com outra de datação alargada, podendo chegar mesmo, inclusivamente, até níveis plenos do Baixo-Império. Apenas um peso de rede foi descoberto na estação em causa. Pode observar-se para o fabrico dos pesos de rede, *grosso modo*, tudo aquilo que atrás referimos para os pesos de tear, quanto à sua produção em fornos de cerâmica comum.

Os paralelos tipológicos existentes para o peso de rede de Alcácer do Sal — Pinheiro (Mayet & Silva, 1998), Abul (Mayet & Silva, 2002) e Morraçal da Ajuda (Cardoso & Rodrigues, s.d.) — apontam cronologias desde estratos augusto-tiberianos, até estratos mais tardios, já situados entre Cláudio e os finais do século II d.C., diacronias estas, aliás, extensíveis a muitos paralelos para o peso de rede discóide da nossa colecção.

Ao terem sido detectados apenas almofarizes provenientes do Sul da Bética, datados de entre o período tardo-republicano e os meados do século II d.C., conclui-se que a posição geográfica de *Imperatoria Salacia* — não só como cidade de cariz fluvial, mas também ‘marítima’ (rio navegável desde a foz, bom porto, óptimo fundeadouro e estuário próximo) e estratégica, do ponto de vista económico, quer quanto às importações, sua recepção e seu escoamento, quer quanto às exportações, sobretudo de minérios, de lãs e de tecidos —, desempenhou um papel de pivot assaz determinante (entre o Norte e o Sul peninsular) e numa região, por sua vez, administrativamente inserta na Hispânia Ulterior e, posteriormente, na Lusitânia.

De estranhar a ausência de almofarizes de produção itálica, para à qual não se conseguiu, ainda, encontrar uma explicação cabal.

Eis-nos, assim, e com este sexto artigo, chegados ao fim do projecto de estudo dos materiais cerâmicos romanos exumados na primeira fase da intervenção arqueológica que teve por alvo a

encosta ocidental do castelo de Alcácer do Sal, no ano de 1996, aquando da construção da barreira de protecção da rua que dá acesso à actual Pousada D. Afonso II.

A intenção do então responsável pela intervenção arqueológica — João Carlos Faria — fora a de, em seis partes, e com uma equipa de investigadores por si escolhida, levar-se a bom porto o estudo dos materiais fornecidos nessa escavação, não só com vista à partilha da informação que dali viesse a obter-se, como, também, com vista ao cruzamento/aferição destas novas informações com aquilo que já se conhecia (ou já se conhece) sobre a cidade de *Imperatoria Salacia* e respectivo conteúdo económico, cultural, demográfico, comercial e religioso. Uma segunda fase foi por ele também sugerida, pois existia já, à altura em que iniciámos este estudo, um conjunto de mais dez contentores de materiais provenientes do mesmo sítio arqueológico, pelo que estamos certos de que o João Carlos iria ficar feliz ao saber que todo este seu projecto seria concluído com êxito, e que isso não teria sido possível sem a sua preciosa ajuda, sem o seu trabalho, sem os seus conhecimentos, sem a sua intervenção e sem a sua coordenação. Por muito simples que seja este resumo do que fizemos ainda com a sua presença entre nós, queremos dedicá-lo à sua memória e homenagear com ele a terra que tanto amou — Alcácer do Sal.

NOTAS

- ¹ Arqueólogo, Conservador dos Museus da Câmara Municipal de Sintra.
- ² Arqueólogo (Associação dos Arqueólogos Portugueses e Associação Cultural de Cascais).
- ³ Embora o Dr. João Carlos Faria tenha já falecido em 2006, os restantes assinantes que subscrevem o presente artigo, entenderam por bem inseri-lo na lista de autores, não só porque alguns dos pontos de chegada explanados no trabalho são seus, como, também, por se ter optado por jamais desfazer a equipa que ele próprio constituiu para o projecto de publicação dos materiais romanos exumados na intervenção ocorrida no lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, projecto esse que culmina neste sexto momento, com a publicação das presentes conclusões.
- ⁴ Arqueóloga da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
- ⁵ Ao revermos, para este artigo, tudo o que expusemos sobre o Lado Ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, achámos ter havido uma imprecisão ao classificarmos um bordo de prato de *terra sigillata* como sendo de tipo itálico (artigo 1, 2000, p. 120, 134 e 146, figura 6, n.º 36), quando, agora, pensamos poder assemelhar-lhe na pasta, no perfil e na decoração do bordo exterior a exemplares de *terra sigillata* oriental A, da forma Hayes 11, com datação de 50-20 do século I a.C.
- ⁶ Vejam-se os artigos de Ana Arruda e Catarina Viegas sobre as cerâmicas de engobe vermelho pompeiano da Alcáçova de Santarém e o mais recente de Lídia Fernandes e Victor Filipe, sobre cerâmicas do mesmo tipo, provenientes das escavações efectuadas no Teatro Romano de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- A.A.V.V. (1979) - Trouvailles diverses. Conclusions générales. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. - *Fouilles de Conimbriga*. Paris: De Boccard. Vol VII.
- AGUAROD OTAL, C. (1991) - *Cerámica común romana de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico”.
- ALARCÃO, J. (1974) - *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Coimbra: Universidade.
- ALARCÃO, J. (1975) - La céramique commune, locale et régionale. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. - *Fouilles de Conimbriga*. Paris: De Boccard. Vol. V.
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C. (2002) - As cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, pp. 221-238.
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C. (2004) - Les mortiers de l’Alcáçova de Santarém (Portugal). In *Actes du Congrès de Vallauris*. Marseille: SFECAG, pp. 341-349.

- CARDOSO, G; RODRIGUES, S. (s/d) - Olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche-Portugal). In *Actas do Congresso - A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral: Câmara Municipal, pp. 83-102.
- DIOGO, A. (1984) - O material romano da 1.ª campanha de escavações na Alcáçova de Santarém (1979). *Conimbriga*. Coimbra. 23, pp. 111-141.
- FARIA, J. C. (1998) - Algumas notas acerca do provável *Fórum de Salacia Imperatoria* (Alcácer do Sal). *Conimbriga*. Coimbra. 37, pp. 185-199.
- FARIA, J. C. (2002) - *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Lisboa: Edições Colibri.
- FATÁS CABEZA, G. (1967) - La colección de pesas de telar del Museo Arqueológico de Zaragoza. *Caesaraugusta*. Zaragoza. 29-30, pp. 203-208.
- FERNANDES, L.; FILIPE, V. (2007) - Cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:2, pp. 229-253.
- HAYES, J. (1985) - Sigillate Orientali. In *Atlante delle forme ceramiche, II, ceramica fina romana nel Bacino Mediterraneo (Tardo Ellenismo e Primo Impero)*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana.
- LAMBOGLIA, N. (1952) - Per una classificazione preliminare della ceramica campana. In *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Liguri (Monaco – Bordighera – Genova, 1950)*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri, pp. 139-206.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) - *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) - *Les amphores du Sado (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- MORAIS, R. (2005) - *Autarcia e comércio em Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho.
- MOREL, J.-P. (1981) - *La céramique campanienne: les formes*. Roma: École Française de Rome.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2006) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e ânforas de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, pp. 299-316.
- PINTO, I. V. (2003a) - *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, I. V. (2003b) - Common ware from the Roman villae at São Cucufate (Beja, Portugal). *Rei Cretariae Romanae Favtorvm*. Abingdon. Acta 38, pp. 331-338.
- QUARESMA, J. C. (1995-1997) - Os almofarizes romanos de Povos (Vila Franca de Xira) no contexto do território actualmente português. *CIRA Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira. 7, pp. 26-45.
- QUARESMA, J. C. (2006) - Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono-morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:1, pp. 149-166.
- QUARESMA, J. C.; CALAIS, C. (2005) - S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do vale do Sorraia na época augustana e júlio-claudiana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, pp. 429-447.
- SCHMIDT, E. (1997) - Venus. In BALTY, J. & al. - *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae (LIMC)*. Zurich; Düsseldorf: Artemis Verlag. Vol. VIII 1 e 2, pp. 192-230.
- SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FARIA, M. (2000) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 1: *terra sigillata*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, pp. 119-152.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, E. M.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2001) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 2: “Cerâmicas de Verniz negro” e cinzentas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4. 19, pp. 199-234.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, E. M.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2003) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, pp. 383-399.
- SEPÚLVEDA, E.; SANTOS P.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2007) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 5: almofarizes de produção bética, pesos e cossoiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:2, pp. 255-284.
- SILVA, A. (1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, M.; OLIVEIRA, P. (1999) - Estudo tipológico dos cossoiros do Museu da Sociedade Martins Sarmento (Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e proveniência diversa). *Revista de Guimarães*. Guimarães. Volume Especial, 2, pp. 633-659.

- SILVA, C. T. da; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L. F.; SOARES, A. C. (1980-1981) - Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, pp. 149-218.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J.; DIAS, L. F.; SOARES, A. C. (1984) - Escavações arqueológicas na Ilha do Pessegueiro (Sines): notícia da 2.ª campanha (1981). *Arquivo de Beja*. Beja. II Série.1, pp. 11-45.
- SOARES, J. (1978) - Nótula sobre a cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, pp. 133-144.

